



MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE GENISIO

Considerando que o Município de Miranda do Douro possui uma extensa área de vias e espaços públicos, destinadas a melhor servir a população do Concelho;

Considerando que os espaços verdes existentes, embelezam o espaço público e contribuem para o bem estar e garantia de melhor qualidade de vida da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante;

Considerando que se afigura como mais conveniente e eficaz que a limpeza das vias, espaços públicos e espaços verdes, sargetas e sumidouros, seja assegurada pelas Juntas de Freguesia, tendo em conta que estas, por estarem mais próximas das populações, melhor conhecem as necessidades e realidades locais, o que permite maior celeridade na resolução de certos problemas;


Considerando ainda que é convicção deste Município que as Freguesias do concelho de Miranda do Douro garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhe são disponibilizados;

Considerando que, de acordo com o disposto nas als a), k) do nº 2 do artigo 23º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, os Municípios dispõem de atribuições, entre outras, nas áreas do equipamento rural e urbano, bem como em matéria do ambiente; E que, as Câmaras Municipais, em conformidade com o disposto na al ee), nº 1, do artigo 33º da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados por lei, sob administração municipal;

Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na al l, do nº 1, do mesmo artigo 33º, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132º da citada Lei;

Entre a Câmara Municipal de Miranda do Douro, enquanto órgão do Município de Miranda do Douro, com o NIPC 506 806 89 e sede ao Largo D. João III- nesta cidade de Miranda do Douro, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente Dr. Artur Manuel Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas als a) e c), do nº 1 e na al. f), do nº 2, do artigo 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, como PRIMEIRA OUTORGANTE,

e a Junta de Freguesia de Genísio, com o NIPC 507 630 467, representada pelo seu Presidente José Marcelino Antão, no uso das suas competências previstas nas als a) e g), do nº 1 do artigo 18º da citada Lei 75/2013, como SEGUNDA OUTORGANTE,

 F

É celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 132º e nos termos do artigo 133º, todos da mesma Lei o presente,

ACORDO DE EXECUÇÃO, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I – Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1 - O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Miranda do Douro na Junta de Freguesia de Genísio, na respetiva área de circunscrição territorial, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a)- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes ;*
- b)- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros.*

Cláusula 2ª

Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexo I que dele faz parte integrante.

Cláusula 3ª

Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

1- Na execução deste acordo observar – se – ão:

- a)- O respetivo clausulado e o estabelecido no Mapa de transferências, constante no Anexo I, que faz parte integrante deste Acordo de Execução;*
- b)- A Lei 75/2013, de 12 de Setembro.*

2- Subsidiariamente observar – se – ão, ainda:

- a)- As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D/L 18/2008, de 29 de Janeiro, com as sucessivas e posteriores alterações legislativas, em especial a parte III, com as devidas e necessárias adaptações;*
- b) – O Código do Procedimento Administrativo.*

Cláusula 4ª

Prazo do acordo

O período de vigência do presente acordo de execução tem início na data da sua assinatura até ao término do mandato da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 22ª deste acordo.

TÍTULO II

deuda F

***Gestão e manutenção de espaços verdes; Limpeza das Vias e espaços públicos ,
sargetas e sumidouros.***

Capítulo I- Gestão e manutenção de espaços verdes

***Cláusula 5ª
Espaços verdes***

Constituem parte integrante do domínio municipal, múltiplos espaços verdes municipais, de diferentes dimensões e características, de livre acesso público, cuja gestão e manutenção constituem objeto deste acordo de delegação de competências.

***Cláusula 6ª
Gestão e manutenção***

- 1- A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo e limpeza dos espaços verdes e ajardinados municipais, e que compreende, nomeadamente, a gestão de combustível vegetal excedente (silvas, ervas daninhas etc.), a varredura e lavagem (manual ou mecânica) das vias, espaços públicos;*
- 2- Para além do referido no número anterior o exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.*

***Capítulo II
Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros***

***Cláusula 7ª
Vias e espaços públicos sargetas e sumidouros***

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sargetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

***Cláusula 8ª
Gestão e conservação***

- 1-A limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e desobstrução e limpeza de sargetas e sumidouros.*
- 2-O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas e bermas.*

Capítulo III

Adriano

Recursos financeiros, humanos e patrimoniais

Cláusula 9ª Recursos financeiros

- 1- Para prossecução do objeto definido neste acordo e sua execução é concedida, pelo Município de Miranda do Douro à Junta de Freguesia de Genísio, uma verba anual pelo montante correspondente a essa freguesia, discriminado no Anexo I a este acordo, que no caso concreto é de € 6.252,24 (Anexo I)
- 2- A verba referida no nº anterior será transferida para a freguesia da União de freguesias de Genísio , até ao dia 31 de Julho.
- 3- Sem prejuízo do disposto no nº 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objeto de acertos financeiros, introduzidos por Aditamento ao presente documento.

Cláusula 10ª. Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução deste contrato por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

Cláusula 11ª Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução deste acordo por não ter sido considerado necessário, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas.

CAPÍTULO IV Direitos e obrigações

Cláusula 12ª Direitos da primeira outorgante


Constituem direitos da primeira outorgante:

- a) – *Verificar o estado de manutenção e gestão dos espaços verdes;*
- b) – *Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros.*

Cláusula 13ª Obrigações da primeira outorgante

A primeira outorgante obriga – se a:

- a)- *Efetuar o pagamento nos termos aqui fixados;*
- b)- *Verificar o cumprimento deste acordo de execução;*
- c)- *Proceder ao acompanhamento dos trabalhos inerentes às competências delegadas;*



a)- Prestar apoio técnico, se for solicitado pela segunda outorgante, necessário à execução dos trabalhos inerentes às competências delegadas.

Cláusula 14ª

Direitos da segunda outorgante

Constituem direitos da segunda outorgante:

- a)- Receber atempadamente as transferências a que se reporta o Anexo I;
- b)- Solicitar à primeira outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção, quando considere ser necessário.

Cláusula 15ª

Obrigações da segunda outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a segunda outorgante fica obrigada a:

- a)- Proceder de forma correta e equilibrada à gestão dos espaços verdes;
- b)- Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c)- Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências, a cada uma das reparações e limpeza.
- d)- Proceder à respetiva sinalização dos trabalhos;
- e)- Prestar à Câmara Municipal informações e documentos que venham a ser solicitados pela Câmara, inerentes a execução do presente acordo;
- f)- Comunicar à Câmara Municipal qualquer impedimento à execução dos trabalhos;
- g)- Pautar a sua atuação com base nos princípios da eficiência, eficácia e economia.

TITULO III – Disposições comuns

Capítulo I

Acompanhamento da execução do contrato

Cláusula 16ª

Execução e avaliação do contrato

- 1- A execução deste contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo Município, que, para o efeito, poderá marcar reuniões conjuntas periódicas com a segunda outorgante, solicitando todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do contrato, devendo ser elaboradas atas das reuniões.
- 2- A segunda outorgante deve disponibilizar à primeira, quando esta os solicitar, relatórios de avaliação de execução, acompanhados dos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante, dispondo a segunda outorgante do prazo de 10 dias para a sua apresentação, contados da data em que forem pedidos.

Cláusula 17ª

Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira, imediatamente, por contacto verbal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que se refere a cláusula 1ª.

Cláusula 18ª.

Verificação do cumprimento do objeto

- 1- A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções à gestão, limpeza, reparações e manutenções realizadas pela segunda outorgante;*
- 2- As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas, podendo para tanto solicitar apoio técnico à Câmara Municipal*

CAPÍTULO II

Modificação, resolução e cessação do acordo de execução

Cláusula 19ª.

Modificação do acordo

- 1- Este acordo pode ser modificado por acordo de ambas as partes, sempre que as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.*
- 2- A modificação obedece à forma escrita.*

Cláusula 20ª.

Resolução pelas partes

- 1- Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver este acordo quando se verifique:
a)- Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
b)- Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentado.*
- 2- Quando a resolução seja fundamentada, nos termos da al b), do número anterior, a primeira outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas als a) a e) do nº 3 do artigo 115, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.*

Cláusula 21ª

Revogação

O presente acordo não é suscetível de revogação, conforme dispõe o nº 7 do artigo 134º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 22ª

Artur

Caducidade

O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4ª, extinguindo – se as relações contratuais existentes entre as partes.

CAPÍTULO III

Foro competente para resolução de litígios, entrada em vigor.

Cláusula 23ª

Litígios

Para resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução do presente acordo de execução será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Cláusula 24ª

Entrada em vigor

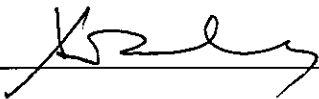
O presente acordo entra em vigor no dia da sua assinatura.

A despesa relativa a este contrato encontra – se cabimentada pelo cabimento nº500 /2016 e corresponde – lhe a requisição de despesa com o compromisso nº. 481/2016, conforme consta do Anexo I ao presente Acordo.

Feito em duplicado, no Gabinete Jurídico do Município de Miranda do Douro.

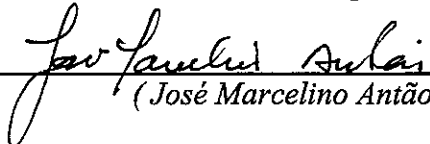
Miranda do Douro 10 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal:



(Dr. Artur Manuel Rodrigues Nunes)

O Presidente da Junta de Freguesia de Genísio :



(José Marcelino Antão)

ANEXO I

Mapa das Transferências para as Juntas - alínea a), b) e f) do n.º 1 do art.º 132.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro (a)

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

Transferência prevista para cada um dos anos de 2016 e de 2017

Aprovações:

Executivo / /
Deliberativo / /

Freguesia	NIPC	35.000,00 €		25.000,00 €		40.000,00 €		TOTAL	Cabimento 2016	Compromisso 2016
		35%	ELEITOR.	25%	AREA	40%	100%			
D. IGREJAS	507697952	2.692,31 €	725	2.326,10 €	4.926	4.592,79 €	9.611,20 €	500/2016	480/2016	
GENISIO	507630467	2.692,31 €	243	779,65 €	2.982	2.780,29 €	6.252,24 €	500/2016	481/2016	
MALHADAS	507978137	2.692,31 €	397	1.273,74 €	2.753	2.566,78 €	6.532,83 €	500/2016	482/2016	
M. DOURO	507652045	2.692,31 €	1.962	6.294,92 €	1.499	1.397,79 €	10.385,02 €	500/2016	483/2016	
PALAÇOULO	507844572	2.692,31 €	520	1.668,38 €	4.044	3.770,45 €	8.131,14 €	500/2016	484/2016	
PICOTE	509005616	2.692,31 €	312	1.001,03 €	1.995	1.860,05 €	5.553,39 €	500/2016	485/2015	
POVOA	508680948	2.692,31 €	224	718,69 €	2.242	2.090,35 €	5.501,35 €	500/2016	486/2016	
S. MARTINHO	508188075	2.692,31 €	392	1.257,70 €	3.700	3.449,72 €	7.399,73 €	500/2016	487/2016	
V. CH. BRACIO.	508445680	2.692,31 €	386	1.238,45 €	4.282	3.992,35 €	7.923,11 €	500/2016	488/2016	
CONSTANTIM E CICOURO	510836186	2.692,31 €	252	808,52 €	3.673	3.424,55 €	6.925,38 €	500/2016	489/2016	
IFANES E PARADELA	510837336	2.692,31 €	327	1.049,15 €	4.235	3.948,53 €	7.689,99 €	500/2016	490/2016	
SENDIM E ATENOR	510840086	2.692,31 €	1.448	4.645,79 €	2.457	2.290,62 €	9.628,71 €	500/2016	491/2016	
SILVA E AGUAS VIVAS	510840191	2.692,31 €	604	1.937,89 €	4.114	3.835,72 €	8.465,91 €	500/2016	492/2016	
TOTAIS		35.000,00 €	7.792	25.000,00 €	42.902,00	40.000,00 €	100.000,00 €			

As transferências são distribuídas tendo em atenção os seguintes parâmetros:

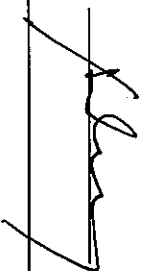
- 1) 100.000,00 Euros em função de:
- a) 35% distribuídos igualmente por todas 35.000,00 €
 - b) 25% distribuídos na razão directa do N. De eleitores 25.000,00 €
 - c) 40% distribuídos na razão directa das áreas 40.000,00 €
- 100.000,00 €

Nota: As áreas das freguesias de Miranda e da União de freguesias de Sendim sofreram uma redução de 60%.

(a) - A alínea f) do n.º 1 do art.º 132.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aplica-se exclusivamente à localidade de Atenor.

O Presidente da Câmara Municipal

Em _____ de _____ de _____



Junta de Freguesia de Genísio
Genísio – Miranda Do Douro
5210-090 Genísio

ACTA Nº. 3/2016

Reunião Ordinária

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e dezasseis pelas vinte e uma horas reuniram na sede desta Junta de Freguesia, os membros deste executivo; José Marcelino Antão Cândido Bernardino Rodrigues e Manuel António Fernandes, Presidente, Secretário e Tesoureiro com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto único. Discursão e aprovação da minuta do protocolo a Celebrar entre a Camara Municipal e a Junta de Freguesia relativa a delegação de Competências, previstas nas als a),b) ef) do nº 1 do artigo 132º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

Depois de analisado o documento foi o mesmo aprovado, pelo órgão executivo e decide-se ser o mesmo submetido a aprovação da assembleia de Freguesia

Mais se delibere que se o documento, merecer a aprovação da Assembleia de Freguesia Que desde já atribua pleno poder ao Presidente da Junta para assinatura do Protocolo -

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião, cerca das vinte e duas horas, tendo-se lavrado a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros deste executivo.

Presidente:

José Marcelino Antão

Secretário:

Cândido Bernardino Rodrigues

Tesoureiro:

Manuel António Fernandes



Assembleia de Freguesia de Genísio

Ata nº 02/2016

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Genísio, na sede da Junta, em reunião extraordinária, com ordem a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto único: Discussão e aprovação da minuta de acordo de execução de delegação de competências, previstas nas alíneas a), b) e f) do nº 1 do artigo 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e o mapa das transferências para as Juntas – alínea a), b) e f) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Estavam presentes o Presidente da Assembleia de freguesia, Cesar João, o 1º Secretário Manuel Lopes, os deputados Avelino Delgado, Hélio Raposo, Jose Falcão e Amândio Afonso, tendo faltado o secretário Américo Jorge. -----

O Presidente da Assembleia deu as boas vindas aos presentes e iniciou os trabalhos, começando por ler e explicar de forma abreviada os documentos postos a discussão, tendo feito de forma simples o enquadramento do protocolo a luz da lei 75/2013. Foi também explicado quais as competências delegadas, e também qual a contrapartida financeira que o Município iria transferir para a Junta de Freguesia, conforme mapa das transferências para as Juntas – alínea a), b) e f) do nº 1 do artigo 132 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foi também presente a ata da Junta de freguesia do dia quinze de maio de dois mil e dezasseis, em que o órgão executivo aprova a minuta do protocolo a celebrar entre a Camara Municipal e a Freguesia. -----

Foi de seguida dada a palavra a todos para as suas intervenções e ou pedidos de esclarecimento de dúvidas que pudessem ser esclarecidas pela mesa, não tendo havido pedidos de esclarecimentos, nem duvidas. Foi unanime a concordância com a minuta do protocolo, com a delegação de competências previstas no mesmo e com a compensação financeira proposta no mapa das transferências para as Juntas. -----

Não havendo mais intervenções e ou pedidos de esclarecimento, foi a minuta do protocolo, o mapa das transferências para as Juntas posto a votação, tendo merecido a aprovação por unanimidade. -----

Uma vez que não há tempo para a realização de nova assembleia para aprovação da ata, foi pedido a esta digníssima assembleia que aprove a mesma em minuta, tendo merecido aprovação unanime. -----

Não havendo mais nada a deliberar foi a reunião encerrada pelo Sr. Pres. da assembleia por volta das vinte e três horas. -----

O Presidente da Assembleia

O Secretário